

## EM RESUMO

### Por que o TCU está acompanhando o auxílio emergencial?

O Tribunal de Contas da União aprovou, em 25 de março, Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à Covid-19 e às suas consequências. O plano inclui acompanhamento do Auxílio Emergencial criado pela Lei 13.982/2020 para trabalhadores informais, desempregados, beneficiários do Bolsa Família, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do Regime Geral de Previdência Social.

### Quais são as propostas de encaminhamento?

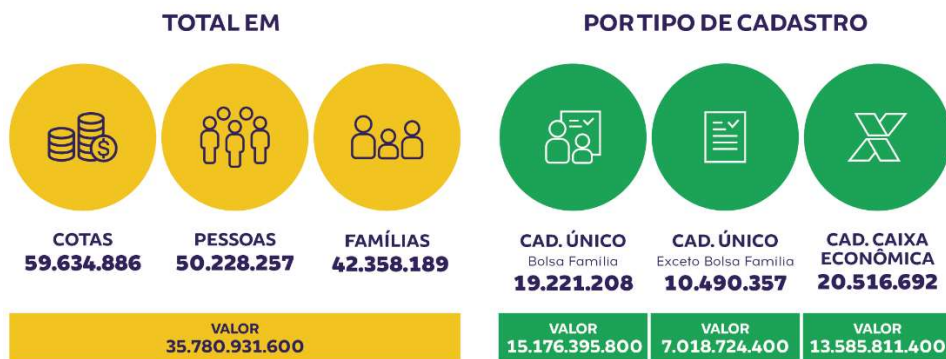
Há oito recomendações. Três delas são mais abrangentes e buscam melhorar a governança, a efetividade e a prestação de contas do auxílio emergencial e eventuais medidas de proteção social que venham a sucedê-lo, atribuindo responsabilidade conjunta aos ministérios da Economia e da Cidadania. Há 4 recomendações voltadas para o aprimoramento dos controles dos cadastros e dos cruzamentos de dados. Por um lado, buscam aumentar a responsabilidade das pessoas que são beneficiárias de proteção social, por meio da atualização mensal de dados e da prestação de contas anual. Por outro lado, propõe ao Ministério da Cidadania a ampliação das bases de dados utilizadas nos cruzamentos e a realização de novo processamento para a terceira parcela. Por fim, há recomendação para envolver os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) na busca ativa de pessoas com limitações relevantes para acessar serviços públicos.

## ACOMPANHAMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Alcançar mais de 50 milhões de pessoas em tão pouco tempo foi uma importante realização. O desafio agora são os aprimoramentos e o planejamento do segundo semestre em um cenário ainda instável.

### Qual é o nível de implementação no mês de abril?

Foram pagos R\$ 35,78 bilhões a 50,2 milhões de pessoas, o que equivale a 86,6% da primeira das três parcelas previstas na Lei 13.982/2020. Desse total, 9,4 milhões se referem a mães chefes de família que receberam a cota dupla de R\$ 1.200,00. O restante recebeu a cota simples de R\$ 600,00.



### Quais foram os riscos identificados?

O acompanhamento avaliou dois grupos de riscos: 1) riscos orçamentários na definição de público-alvo, valor e duração do Auxílio Emergencial; 2) riscos de exclusão ou de inclusão indevida de pessoas no processamento dos cadastros.

#### Riscos orçamentários

Constatou-se uma diferença relevante entre o número de 59 milhões de pessoas previstas para receber a primeira parcela e a estimativa do TCU de 53 milhões de pessoas a partir dos dados da PNAD Contínua de 2019. Essa diferença de seis milhões de pessoas pode representar pagamentos indevidos da ordem de R\$ 3,6 bilhões por mês. Além disso, verificou-se que o valor do auxílio e o formato de cotas para mais de um membro da família distoia do modelo do Bolsa Família e pode tornar eventual prorrogação do auxílio insustentável sob a ótica orçamentária. Por fim, estimou-se a despesa anual com proteção social em 2020 no valor de R\$ 379,5 bilhões caso o Auxílio seja prorrogado até 31 de dezembro, incluindo a despesa do Bolsa Família.

#### Riscos de exclusão e de inclusão

Foram identificados fatores de risco nos dois cadastros utilizados: o Cadastro Único e o cadastro no aplicativo e site Caixa Auxílio Emergencial. Muitos problemas são relacionados a problemas históricos, em especial: a dificuldade para a identificação inequívoca das pessoas requerentes, a desatualização do Cadastro do Único, a baixa integração entre cadastros públicos. Esses problemas dificultam a inclusão das pessoas que precisam e a exclusão das que não precisam. O principal requisito de elegibilidade é renda familiar. Esses problemas afetam a verificação segura de vínculos de emprego, de renda e de composição familiar.

#### Próximos passos

Serão enviados ao relator, Ministro Bruno Dantas, relatórios em uma periodicidade mensal, atualizando a execução orçamentária e o quantitativo de beneficiários do auxílio emergencial, apontando riscos de exclusão de pessoas que cumprem os requisitos da lei, riscos de inclusão de pessoas que não cumprem, riscos orçamentários e outros. No próximo relatório espera-se relatar os resultados dos cruzamentos de dados das bases do auxílio emergencial.